

Executivo define agenda política até 2002

Sérgio Prado e Odail Figueiredo
de Brasília

Alguns dos principais passos que o presidente Fernando Henrique Cardoso pretende dar na metade final de seu segundo mandato estão definidos. Nos últimos dias, enquanto os holofotes estavam voltados para a viagem presidencial ao exterior, sua coordenação política trabalhou de forma intensa no sentido de acertar os detalhes de cinco ações, que pretendem pautar a agenda política do governo até 2002.

É uma forma de o chefe do Executivo tentar protelar o maior tempo possível o debate sobre sua sucessão e ao mesmo tempo mostrar que há disposição para tocar projetos de real relevância para o País.

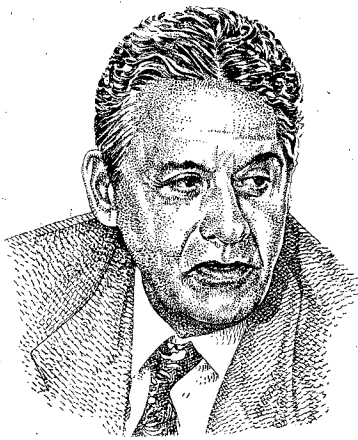
Fontes do Palácio do Planalto confirmam uma forte ofensiva pelas reformas tributária e política, incremento das exportações, incentivo a pequenos e médios empresários, além da colocação em prática de programas na área social.

Polêmica, a reordenação do sistema fiscal do País ganha espaço, empurrada pelos ventos da Área de Livre Comércio das Américas (Alca),

que tem rodada decisiva de negociações em Lima, no Peru. A investida dos Estados Unidos para antecipar a entrada em vigor do acordo impulsiona a necessidade de o Brasil desonerar suas empresas.

Na semana passada, as mesmas fontes que há um ano diziam a este jornal que uma mudança nos tributos não ocorreriam com FHC, agora dizem que o jogo virou. No início de 2000, dizia-se ser temerário mexer nos impostos, pois o governo estava com arrecadação crescente — e por ter sérios compromissos de ajuste das contas — não poderia correr o risco de perder recursos.

Agora, o discurso é outro. Avalia-se que há um cenário favorável neste início de 2001, a partir de elementos como o equilíbrio das contas do governo — além da Lei de Responsabilidade em vigor —, os principais fatores macroeconômicos sob controle, previsão de crescimento do PIB em torno de 4% e a popularidade do presidente em ascensão. E o Palácio do Planalto pretende usar este novo quadro em seu favor e usar sua força política para patrocinar a reforma tributária.



Fernando Henrique Cardoso

“O governo reúne agora condições de conduzir essa discussão no Congresso”, diz um assessor próximo ao presidente. Assim, a declaração de Fernando Henrique de que defende a reforma tributária por partes é interpretada em Brasília como a ponta do iceberg, uma maneira de colocar o assunto em pauta. A extensão das mudanças vai depender da capacidade de negociação do texto do projeto no Legislativo, com participação do setor privado.

Entre os empresários, a nova rodada de promessas é encarada com certo ceticismo. Ressaltam que é positiva a retomada dos debates sobre o tema e dizem que farão o possível para que o projeto saia do papel, depois de inúmeras — e frustradas — tentativas de acordo para o tema ser aprovado no Parlamento.

“É preciso ver para crer”, tem repetido o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Carlos Eduardo Moreira Ferreira. Deputado federal pelo PFL, um dos partidos da base aliada, ele entende que o governo parece ter chegado de fato à conclusão sobre a necessidade inadiável da reforma tributária.

Exportações e investimentos

No campo das exportações, a Esplanada dos Ministérios deu um passo importante na última semana. A redefinição das atribuições da Camex desata um nó, que colocava em choque várias áreas do Executivo. Embora o órgão permaneça na Pasta do Desenvolvimento, passa a ter um caráter supraministerial, que funcionará de forma colegiada.

Assim, o sistema de decisão de cada ponto vai sair de uma discussão coordenada entre os ministérios envolvidos no assunto. O que sair desse fórum fica caracterizado como uma ação do governo e não de uma pasta isolada, nem pressupõe ingerência de uma sobre a outra. É a fórmula encontrada para impulsionar a busca de divisas por meio do comércio exterior e aproveitar o bom desempenho industrial, esperado pelos empresários do setor.

Pelo lado do incentivo aos novos empreendimentos, o governo acelera o que a propaganda palaciana batizou de “Brasil Empreendedor”. O programa consiste no apoio a pequenas e médias empresas, principalmente novas.

Estão previstos cerca de R\$ 12 bilhões em recursos oficiais para financiar os projetos. O presidente parte de princípio que o Estado se modernizou ao sair de diversos ramos da economia, desde que as privatizações foram aceleradas no início dos anos 90. No momento, a participação da mão estatal deve ser no fomento da atividade econômica, essência desse projeto.

O dinheiro que está sendo colocado à disposição de novos investidores terá o gerenciamento oficial. Será estimulada a formação de condomínios empresariais. Estes seriam destinados a criar uma gama de fornecedores para grandes corporações e possibilitar que tais empresários tenham capacidade exportadora agregada. Ou mesmo permitir que se instalem em outros países. Para ajudar a acelerar o processo, chega nos próximos dias ao Brasil uma consultoria das Nações Unidas, especializada no assunto.

Na área social, o plano mais importante atende pelo sugestivo nome de Projeto Alvorada, que já se chamou IDH-14, anunciado no fim do ano passado e que precisa sair da gaveta. A promessa é de liberação de R\$ 11 bilhões, até 2002, para atacar bolsões de pobreza em diversos estados brasileiros. Setores como saneamento, educação e saúde são os alvos primordiais do programa. O Executivo está convicto de que o enfrentamento da miséria nessas áreas permite o surgimento de uma nova base de consumo — mesmo que de pequeno porte.

Uma das mais polêmicas reformas desejadas pelo governo, a da legislação trabalhista entra numa encruzilhada. Dentro do núcleo de coordenação política do presidente, na semana passada, transparecia que o Executivo pretende evitar uma discussão frontal do tema com o Parlamento agora. Segundo um assessor do presidente, o assunto não deve dominar a agenda política de imediato. Os debates em torno da matéria podem prosperar se a iniciativa vier de fora da Presidência da República, por meio de parlamentares e empresários, por exemplo. A tática visa evitar uma nova frente de batalha nos primeiros meses de 2001. O assunto preocupa o presidente, em função do advento da Alca.

As avaliações de FHC sobre mudanças em seu Ministério se encerram no fim de março. Um dilema, que se percebe nos bastidores de Brasília, é sobre o tamanho da mexida agora e seus reflexos nos dois anos que faltam para a administração ser concluída. Fernando Henrique precisa levar em conta que, em abril do próximo ano, vários titulares do gabinete deixarão o Executivo para concorrer aos governos de estados, Senado Federal e até à Presidência da República. O ônus político e no gerenciamento da administração seriam grandes, se o chefe do Executivo optasse por fazer uma reforma ministerial ampla agora, como apregoam alguns parlamentares da base aliada.

O Brasil tem adiante uma larga frente de combate externo. Negocia acordos comerciais ao mesmo tempo no Mercosul, na OMC, na Alca e com a Comunidade Européia. Embaixadores habituados com o mundo das conversas diplomáticas na área comercial dizem que é trabalho para uma década. O Ministério das Relações Exteriores está, como havia muito não estava, numa posição de oferecer respostas cada vez mais convincentes da competência de seus quadros. Mas dentro de pouco tempo talvez não seja mais o único celeiro de especialistas nesta tarefa. A Universidade de São Paulo (USP) prepara pessoal para ensinar diplomacia comercial.

Ao reduzir, semana passada, a indenização por dano moral a uma cozinheira paulista, acusada injustamente de roubo e repasse de cheques sem fundos, o Superior Tribunal de Justiça trouxe à tona uma jurisprudência sobre a matéria. O TJ de São Paulo estipulou R\$ 50 mil para reparar o dano sofrido, mas o STJ baixou para R\$ 5 mil, alegando que o valor da indenização precisa ser adequado às condições econômicas dos envolvidos. A decisão não causou estranheza a especialistas. Poucos concordam com o critério, mas avaliam que o tribunal aplica ao dano moral os princípios do dano material, em que a vítima recebe a indenização proporcional a seus rendimentos. Por esse raciocínio, explica o advogado Pedro Frederico Caldas, se um cidadão fosse “escolher” entre atropelar um pedestre rico ou um pobre, deveria optar pelo segundo, pois a indenização seria menor. Se a disputa envolver dano moral, o critério também vale. Ocorre que este dano não pode ser indenizado. A Justiça ordena compensação como conforto material. “Mas o que é suficiente para confortar uma doméstica certamente não é o mesmo que para um banqueiro ou empresário”, diz o advogado.

Quando a controvérsia é entre duas partes com grande poder econômico, a diferenciação torna-se gritante, ressalta outro especialista, o advogado Márcio Lobo. Na semana que passou, ele obteve na 37ª Vara Cível do Rio Janeiro indenização por danos morais de R\$ 3 milhões à Apolo Produtos de Aço S.A. contra o Banco Rural. A decisão tem dois pontos inusitados. Um é o fato de o juiz ter aplicado os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, e não os tradicionais do dano material. E o outro é que, em função disso, ele tomou como base o valor das duplicatas protestadas, fixando a indenização em 30 vezes o valor dos títulos. Os advogados creem que decisões como esta vão forçar o STJ, que até poucos anos aumentava as indenizações por dano moral concedidas por juízes de primeira e segunda instância, a rever sua jurisprudência.